



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

MANUELA LUNA SOUSA WANDERLEY GUARINO

PRONOMES PESSOAIS: no uso, na escola e nas gramáticas

BRASÍLIA-DF
2011
MANUELA LUNA SOUSA WANDERLEY GUARINO

PRONOMES PESSOAIS: no uso, na escola e nas gramáticas

Trabalho de conclusão de curso de Graduação apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Letras-Português, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Eloisa Nascimento Silva Pilati.

BRASÍLIA-DF
2011

Uma análise, mesmo sumária, das formas classificadas indistintamente como pronominais leva assim a reconhecer classes de natureza totalmente diferentes e, em consequência, a distinguir, de um lado, a língua como repertório de signos e sistema das suas combinações e, de outro, a língua como atividade manifestada nas instâncias de discurso caracterizadas como tais por índices próprios.

BENVENISTE, *A natureza dos pronomes*, (1995, p. 283).

RESUMO

Pensando que um dos aspectos relacionados à dificuldade de aprendizagem da língua portuguesa tem a ver com os conceitos e classificações utilizadas nos livros didáticos adotados nas escolas, esta pesquisa tem por objetivo fazer uma análise crítica das definições, critérios e metodologias adotadas no livro didático no que diz respeito à categoria pronominal, especificamente, a subclasse dos pronomes pessoais. Para tanto, organiza-se o presente estudo da seguinte forma: primeiro fez-se uma verificação da abordagem adotada nas gramáticas tradicionais sobre os pronomes pessoais, depois se realizou um levantamento e uma revisão bibliográfica de pesquisas linguísticas que contemplam os pronomes pessoais e, por último, a análise crítica dos materiais didáticos. A pesquisa aborda a questão da inserção do pronome *você* no quadro dos pronomes pessoais, as mudanças causadas nas diversas camadas da língua ocasionadas por esta inserção e as suas consequências no ensino de gramática.

Palavras-chave: linguística; pronomes pessoais; pronome *você*; ensino de gramática; material didático.

SUMÁRIO

RESUMO	4
SUMÁRIO	5
INTRODUÇÃO	6
OS PRONOMES PESSOAIS NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS	8
PRONOMES PESSOAIS EM CUNHA & CINTRA	8
PRONOMES PESSOAIS EM BECHARA	11
PRONOMES DE TRATAMENTO EM CUNHA & CINTRA E BECHARA	13
OS PRONOMES PESSOAIS NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS	14
PRONOMES PESSOAIS: OS VERDADEIROS DÊITICOS	15
A DIACRONIA DO PRONOME <i>VOCÊ</i>	17
GRAMATICALIZAÇÃO DA FORMA <i>VOCÊ</i>	22
O <i>VOCEAMENTO</i>	25
O REARRANJO DO SISTEMA PRONOMINAL NO PORTUGUÊS DO BRASIL	31
A MUDANÇA NO SISTEMA DE TRAÇOS: PESSOA, NÚMERO E GÊNERO	33
A PERDA DO GÊNERO FORMAL: ASSUMINDO COMPORTAMENTO DE PRON. PESSOAL	33
OS PRONOMES PESSOAIS NOS MATERIAIS DIDÁTICOS ESCOLARES	36
TU OU VOCÊ?	39
RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

Tornou-se lugar comum nos estudos linguísticos ratificar a distância existente entre as características da língua falada (o uso real) e as características da língua escrita, presentes em manuais gramaticais. Porém, poucos estudos foram destinados a buscar o reflexo dessa discussão nos materiais didáticos utilizados nas escolas e nas formas como os conteúdos gramaticais vêm sendo abordados em salas de aula. As omissões e deficiências encontradas nas gramáticas tradicionais utilizadas em escolas são um obstáculo para o ensino de língua portuguesa, porque, muitas vezes, não retratam as características da oralidade e apresentam uma variedade linguística diferente da do falante de língua portuguesa de hoje. Prova disso, são exemplos retirados de romances do século XX.

Nesta pesquisa, faz-se um estudo sobre os pronomes pessoais do português. O objetivo é analisar a literatura existente a respeito do tema, sob a perspectiva dos estudos linguísticos, sob a perspectiva das gramáticas tradicionais e também sob a ótica dos materiais didáticos. Para isso, realizou-se um levantamento e uma revisão bibliográfica da literatura de pesquisas que contemplam os pronomes pessoais, como Duarte (1993, 1995), Ramos (1997, 2000), Lopes & Rumeu (2007) entre outros. Fez-se também uma análise de duas gramáticas tradicionais, a de Cunha & Cintra (2008) e Bechara (2004) e de um livro didático, *Gramática – Texto, Reflexão e Uso*, de Willian Roberto Cereja & Thereza Cochar Magalhães (2008), os quais são autores largamente utilizados nas redes de ensino de Brasília. A parte analítica constitui-se em uma descrição e análise de definições, critérios, metodologia e técnicas usadas e também, na verificação da presença ou ausência do tema tratado nos diversos textos empregados na pesquisa.

O que se encontra nos compêndios gramaticais é um senso comum de que a segunda pessoa do discurso é somente *tu* e *vós* ficando a forma *você* classificada como pronome de tratamento, a qual se refere à segunda pessoa do discurso, mas leva o verbo para terceira pessoa. Entretanto, os estudos linguísticos, buscando se aproximar da realidade do uso e atentos às mudanças sofridas no decorrer do tempo nos mostra que a forma *você* já está inserida no quadro dos pronomes pessoais. Fato que teve início no século XIX e que se perpetuou no século XX. Temos, hoje, *você(s)* como a principal forma empregada para se referir ao interlocutor, isto é, a segunda pessoa do discurso. O emprego dessa estratégia discursiva acarretou em mudanças nas diversas camadas da língua. As principais mudanças foram: a perda da correspondência direta entre interpretação semântica e traços formais dos pronomes e da desinência verbal, mudança no padrão de preenchimento do sujeito e nova aceção indeterminadora.

Diante de um novo quadro de pronomes pessoais que rompe e estabelece novos paradigmas, é natural que se questione como os materiais didáticos apresentam esta subclasse de pronomes. Pois, um dos aspectos relacionados à dificuldade de aprendizagem da língua portuguesa tem a ver com os conceitos e classificações utilizados nos livros adotados nas escolas. Busca-se nesta pesquisa, por meio da análise de um livro didático, verificar como a classe dos pronomes pessoais é tratada e buscar uma proposta de como o material deve ser. Os questionamentos que orientam a pesquisa são: (a) De que forma, com base em quais critérios e com que tipo de definição os pronomes pessoais e de tratamento estão sendo descritos pelos linguistas, pelos gramáticos e pelos autores de materiais didáticos? (b) Como é abordado o tema *você*: pronome de tratamento? (c) Há referência nos materiais didáticos a estudos relacionados às mudanças linguísticas?

O estudo aqui apresentado visa contribuir para uma reflexão sobre o ensino de língua portuguesa, e questões relacionadas à elaboração e uso do material didático. Para tanto, a presente pesquisa está organizada da seguinte forma: na primeira parte trata-se de estudos sobre pronomes sob a perspectiva da gramática tradicional, na segunda parte apresentam-se pesquisas linguísticas sobre o tema e na terceira parte, há a análise do material didático. Por fim, as considerações finais.

OS PRONOMES PESSOAIS NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

O objetivo dessa seção é fazer um levantamento sobre a forma como os pronomes pessoais e de tratamento são abordados em duas gramáticas de Língua Portuguesa. As gramáticas analisadas são a de Celso Cunha & Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2008) e a de Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa* (2004).

PRONOMES PESSOAIS EM CUNHA & CINTRA

Celso Cunha & Lindley Cintra (2008) dedicam o capítulo onze de seu livro aos pronomes. No prefácio da obra os autores afirmam que seu objetivo é fazer uma descrição do português contemporâneo que considere as diversas normas vigentes – principalmente as admitidas como padrão em Portugal e no Brasil – dentro do seu vasto domínio geográfico. O intuito é que a obra seja uma fonte de informação completa e atualizada, que leve em consideração a expressão oral e escrita, no momento presente da evolução da língua.

Na obra *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, o capítulo que compete aos pronomes divide-os em pronomes substantivos e adjetivos, pronomes pessoais, emprego dos pronomes retos, pronomes de tratamento, emprego dos pronomes oblíquos, pronomes possessivos, pronomes demonstrativos, pronomes relativos, pronomes interrogativos e pronomes indefinidos.

Em relação aos pronomes pessoais, primeiramente, Cunha & Cintra (2008) afirmam que “os pronomes desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais” (p. 289). Portanto, os pronomes servem para representar um substantivo e para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado. Aos que servem para representar o substantivo chamamos pronomes substantivos, isto é, desempenham a função de substantivo, como no exemplo dado pelos autores (p.289):

(1) Os **campos**, **que** suportaram a longa presença solar a queimá-**los** incessantemente, recebem agora a água abundante com uma gula feliz. (A. Frederico Schmidt, GB, 294).

Aos que servem para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado chamamos pronomes adjetivos, ou seja, modificam o substantivo que acompanham, como se fossem adjetivos, como no exemplo abaixo (p. 289):

(2) – Quanto valem, és capaz de dizer? Leques espanhóis, de seda, de **alguma bisavó** do **meu tio** cônego, com **estas pérolas** de prata e oiro! (F. Namora TJ, 103).

A distinção entre as duas classes de pronomes é facilmente identificada, pois os pronomes substantivos aparecem isolados na frase, enquanto os pronomes adjetivos aparecem sempre ao lado de um substantivo, com o qual concordam em gênero e número.

Segundo os autores, existem seis tipos de pronomes: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos. Os pronomes pessoais caracterizam-se por três razões: primeiro, por denotarem as três pessoas gramaticais; segundo, por poderem representar, quando na 3ª pessoa, uma forma nominal anteriormente expressa; e terceiro, por variarem de forma, segundo a *função* que desempenham na oração e a *acentuação* que nela recebem. No que se refere à função, o pronome pessoal pode ser classificado como reto ou oblíquo. O pronome pessoal do caso reto funciona como sujeito da oração e o pronome pessoal do caso oblíquo é utilizado, fundamentalmente, como objeto, direto ou indireto. No que se refere à acentuação, classificam-se os pronomes pessoais em tônicos e átonos.

Quadro dos pronomes pessoais do caso reto e do caso oblíquo (p. 291):

		PRONOMES PESSOAIS RETOS	PRONOMES PESSOAIS OBLÍQUOS ÁTONOS/TÔNICOS
SINGULAR	1ª pessoa	Eu	Me/ mim, comigo
	2ª pessoa	Tu	Te/ ti, contigo
	3ª pessoa	Ele, ela	O,a,lhe/ ele, ela
PLURAL	1ª pessoa	Nós	Nos/ nós, conosco
	2ª pessoa	Vós	Vos/ vós, convosco
	3ª pessoa	Eles, elas	Os, as, lhes/ eles, elas

Os pronomes pessoais do caso reto podem exercer função de sujeito, predicativo do sujeito e vocativo. Conforme os exemplos de Cunha & Cintra (2008) apresentados abaixo (p. 295):

Sujeito:

[1] **Eu** era a desdenhosa, a indiferente. (F. Espanca, S, 55.)

Predicativo do sujeito:

[2] Meu Deus!, quando serei **tu**? (J. Régio, ED, 157.)

Tu e vós podem ser vocativos:

[3] Ó **tu**, Senhor Jesus, o Misericordioso,

De quem o Amor sublime enaltece o Universo... (A. de Guimaraens, OC,313.)

Ó **vós**, que, no silêncio e no recolhimento

Do campo, conversais a sós, quando anoitece... (O. Bilac, P, 158.)

Os autores dedicam uma subseção para apresentar os “equivocos e incorreções” no emprego dos pronomes pessoais¹. O que se observa é que os equivocos e incorreções citados por Cunha & Cintra (p. 301) são cometidos no emprego do pronome de terceira pessoa *ele* (*ela*). Os autores afirmam que pelo fato do pronome poder representar qualquer substantivo anteriormente mencionado, faz-se necessário esclarecer a que elemento ele se refere. Vejamos a oração abaixo, como exemplo:

[4] Álvaro disse a Paulo que **ele** chegaria primeiro.

A frase fica ambígua porque o *ele* pode estar referindo-se tanto a Álvaro quanto a Paulo. “Por outro lado, não devemos empregar o pronome *ele* (*ela*) para substituir um substantivo que, com sentido indeterminado, se fixou em expressões feitas, como falar verdade, pedir perdão, etc.”. Isso porque a construção da frase fica comprometida, como em:

[5] Pedi perdão; **ele** me foi concedido. (p. 301)

Contudo, se o pronome não mais pertencer a uma dessas formas fixas, o emprego do pronome fica correto:

[6] Pedi **o seu perdão**; **ele** me foi concedido. (p. 302)

O pronome *ele* (*ela*) também é largamente utilizado como objeto direto, segundo Cunha & Cintra (2008), na fala vulgar e familiar do Brasil, como ocorre nos exemplos em 7:

[7] (a) Vi **ele**.

¹ “Equivocos e incorreções” é uma seção a qual demonstra que os autores trabalham com a concepção de certo e errado. Portanto, consideram a variedade coloquial inadequada.

(b) Encontrei **ela**.

Os autores argumentam que, apesar de essas construções terem raízes antigas no idioma, devem ser evitadas. Porém, os autores afirmam que é importante ter em mente que há construções em que o pronome realmente desempenha o papel de objeto direto, sendo, portanto, legítima, como nos casos exemplificados (pp. 302-303):

a) quando, antecedido da preposição *a*, repete o objeto direto enunciado pela forma normal átona (*o, a, os, as*):

Não sei se elas me compreendem

Nem se eu **as** compreendo **a elas**. (F. Pessoa, OP, 160.)

b) quando precedido das palavras *todo* ou *só*:

– Conheço bem **todos eles**. (H. Sales, DBFM, 150)

PRONOMES PESSOAIS EM BECHARA

No prefácio de *Moderna Gramática Portuguesa* (2004) o autor afirma que a obra tem como objetivo um tratamento novo para assuntos das gramáticas muito importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas por que a tradição os apresentava.

Bechara (2004) classifica pronome como “a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto” (p.162). Categoremática, segundo o autor, é a classe de palavras que representa “formas sem substância”, as quais são assim denominadas porque apresentam apenas ou em primeiro lugar um significado categorial, sem representar nenhuma matéria extralinguística. Os critérios de Bechara (2004) para tal classificação baseiam-se nos estudos de Coseriu (1990).

No que diz respeito às pessoas do discurso, o autor lembra que são duas pessoas determinadas: 1ª *eu* (a pessoa correspondente ao falante) e 2ª *tu* (correspondente ao ouvinte). No caso, a 3ª pessoa, que é indeterminada, aponta para outra pessoa em relação aos participantes da relação comunicativa.

Pensando na relação de pessoa determinada e pessoa indeterminada, o autor chega ao conceito de *dêixis* (“o apontar para”), pois, do ponto de vista semântico, os pronomes estão caracterizados porque indicam essa *dêixis*, ou seja, estão habilitados, como verdadeiros gestos

verbais, como indicadores, determinados ou indeterminados, ou de uma *dêixis* contextual a um elemento inserido no contexto, como é o caso dos pronomes relativos, ou de uma *dêixis ad oculos*, que aponta ou indica um elemento presente ao falante. A *dêixis* pode ser anafórica ou catafórica. Será anafórica quando aponta para um elemento já enunciado ou concebido e, catafórica quando o elemento ainda não foi enunciado ou não está presente no discurso.

A terceira pessoa do discurso também faz parte da *dêixis*, mas de uma forma negativa em relação às verdadeiras pessoas do discurso, *eu* e *tu*, pois estes têm localização definida. É uma característica da língua portuguesa a distinção entre *localização indeterminada* e *localização determinada* ou *imediatamente determinável*. Bechara (2004) cita Coseriu (1973), o qual afirma que, justamente pelo caráter relativamente indeterminado da terceira pessoa, é que a situação possessiva que lhe corresponde, muitas vezes, pode necessitar de ulteriores esclarecimentos, porque causa ambiguidade: *seu / seu mesmo, seu próprio, seu dele*.

Segundo o autor, os pronomes ainda podem apresentar-se como *absolutos*, quando capazes de funcionar como núcleo de sintagma nominal, como os substantivos, ou como *adjuntos* do núcleo, como os adjetivos, artigos e numerais.

Para falar dos pronomes substantivos e adjetivos, Bechara (2004) trabalha com exemplos (p. 163). Lembra que, quando o pronome aparece em referência a um substantivo claro ou oculto ele exerce função *adjetiva* ou de *adjunto*, sendo assim um pronome adjetivo (*Meu* livro é melhor que o *teu*). Porém, quando o pronome não faz referência a nenhum substantivo determinado, mas funciona como núcleo de sintagma, ele é considerado um pronome *absoluto* ou *substantivo* (*Isto* é melhor que *aquilo*). Há pronomes que exercem as duas funções.

Ao falar dos pronomes pessoais explica que estes designam as duas pessoas do discurso e a não-pessoa (não-*eu*, não-*tu*), considerada, pela tradição, a 3ª pessoa.

1ª pessoa: *eu* (singular), *nós* (plural),

2ª pessoa: *tu* (singular), *vós* (plural),

3ª pessoa: *ele, ela* (singular), *eles, elas* (plural).

As formas *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas*, que funcionam como sujeito, são classificadas como formas *retas*. A cada um desses pronomes pessoais do caso reto corresponde um pronome pessoal oblíquo que funciona como complemento e pode apresentar-se em forma átona ou forma tônica. Ao contrário das formas átonas, as tônicas vêm sempre acompanhadas da preposição.

PRONOMES DE TRATAMENTO EM CUNHA & CINTRA E BECHARA

Diante de um quadro no qual as formas *você/ vocês* já estão incorporadas na oralidade e na escrita no lugar do *tu* e do *vós*, torna-se essencial questionar o atual quadro dos pronomes pessoais. Apesar de amplamente utilizado nas duas modalidades da língua, a forma *você* para Bechara (2004) e Cunha & Cintra (2008) ainda é classificada como forma de tratamento ou pronome de tratamento. Segundo Celso Cunha & Lindley Cintra (2008, p. 303), denominam-se pronomes de tratamento “**certas palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais**, como: *você, o senhor, Vossa Excelência*. Apesar de designarem a segunda pessoa, esses pronomes levam o verbo para a terceira pessoa”. Bechara (2004) segue a mesma linha ao afirmar que “existem formas substantivas de tratamento indireto de 2ª pessoa que levam o verbo para a 3ª pessoa, chamadas *formas substantivas de tratamento* ou *formas pronominais de tratamento*”. Para ambos os autores, *você* é uma forma de intimidade, no português do Brasil, sendo também empregado em contextos de tratamento de igual para igual ou de superior para inferior. É interessante a observação que Cunha & Cintra (2008) faz do emprego de *você* no português Europeu, pois em Portugal o pronome *tu* é empregado como forma própria da intimidade enquanto o pronome *você* é somente empregado no tratamento de superior para inferior. No português do Brasil, o *tu* tem seu uso restrito a algumas regiões do país, como, por exemplo, o extremo Sul e alguns pontos da região Norte.

De acordo com análise feita na presente seção, a forma *você*, nas gramáticas tradicionais, nada mais é do que uma forma ou pronome de tratamento. Nas duas gramáticas escolhidas para este estudo, a de Bechara (2004) e a de Cunha & Cintra (2008), registra-se a ausência do *você* no quadro dos pronomes pessoais, porém é relevante a observação que Cunha & Cintra (2008) faz a respeito dos pronomes de tratamento: “pronomes de tratamento são certas palavras e locuções que valem por verdadeiros PRONOMES PESSOAIS, como: *você, o senhor, Vossa Excelência*”. Mesmo com a importante conceituação dos pronomes de tratamento dada pelos autores, a forma *você* continua nitidamente separada do quadro dos pronomes pessoais. Bechara apesar de ter como objetivo “um tratamento novo para assuntos das gramáticas muito importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas por que a tradição os apresentava”, nada apresenta de novo e apenas reproduz o habitual quadro de pronomes pessoais e pronomes de tratamento com algumas observações sobre o uso de *você*.

Segundo Lopes (2007), o quadro de pronomes pessoais, que ainda vigora nas gramáticas, estruturado a partir de três pessoas do discurso com variação de número, está longe de ter uma coerência interna e de dar conta da realidade concreta do português do Brasil. A problemática, porém, não reside no fato de gramáticas tradicionais, as quais seguem um modelo de língua, tratarem o pronome *você* como uma simples forma de tratamento, mas sim na omissão do novo papel exercido por este pronome no português do Brasil, papel que causou mudanças profundas e significativas nas várias camadas linguísticas. Diante de um fato linguístico desta proporção, é necessário um espaço para discussão e uma revisão do tema nas gramáticas que seguem norma padrão.

OS PRONOMES PESSOAIS NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Neste século, temos a forma de tratamento *você* consagrada como pronome pessoal no português do Brasil. Para Santos Luz (1956), a introdução da terceira pessoa do singular para referenciar a segunda pessoa do discurso, foi a maior revolução no sistema do tratamento. No entanto, nos compêndios gramaticais, a realidade é outra, pois permanece o tradicional quadro dos pronomes pessoais, os quais funcionam como sujeito – *eu, tu, ele (a), nós, vós, eles (as)*. A linguística, que tem como principal objetivo o estudo científico, coloca em evidência o fato de que *você* está inserido no quadro pronominal do português do Brasil.

A inserção de *você* no quadro dos pronomes acarretou mudanças gramaticais em diversos níveis da língua. O objetivo desta seção é demonstrar, por meio dos estudos linguísticos, como se deu essa integração; a partir de que momento a forma *você* ganhou características de pronome pessoal (gramaticalização); porque ela causa assimetria no quadro pronominal; as mudanças ocasionadas por essa inserção e porque a forma *você* deve figurar no quadro dos pronomes pessoais do português do Brasil. A seção está dividida em: pronomes pessoais: os verdadeiros dêiticos, a diacronia do pronome *você*, a gramaticalização da forma *você*, o fenômeno do *voceamento* e o quadro de pronomes pessoais do português.

PRONOMES PESSOAIS: OS VERDADEIROS DÊITICOS

A palavra dêixis é de origem grega e indica a ação de mostrar, indicar, apontar, assinalar. Os gregos entendiam que essa era uma função somente dos demonstrativos, contudo a dêixis abrange outras (sub)categorias além dos determinantes demonstrativos, como os pronomes pessoais e os advérbios. Na comunicação, a dêixis é aquele signo que representa ou

aponta ou, ainda, indica aquele que fala. Portanto, a dêixis tem em sua origem na primeira forma de comunicação: o gesto.

A dêixis é uma noção primordial na linguagem humana. Mais do que qualquer outro signo da língua, a dêixis é própria do ato de dizer. Segundo Pires & Werner (2007), “os dêiticos só existem porque um indivíduo no mundo assume-os e o faz pela necessidade que tem de comunicar-se com outros membros de sua comunidade social.”. (p. 146). A conceituação de dêixis elaborada por Mattoso Câmara (2002) é uma das mais completas:

dêixis - faculdade que tem a linguagem de designar mostrando, em vez de conceituar. A designação dêítica, ou mostrativa, figura assim ao lado da designação simbólica ou conceptual em qualquer sistema linguístico. Podemos dizer que o SIGNO linguístico apresenta-se em dois tipos – o SÍMBOLO, em que um conjunto sônico representa ou simboliza, e o SINAL, em que o conjunto sônico indica ou mostra (...). O pronome é justamente o vocabulário que se refere aos seres por dêixis em vez de fazê-lo por simbolização como os nomes. Essa dêixis se baseia no esquema linguístico das três pessoas gramaticais que norteia o discurso: a que fala, a que ouve e todos os mais situados fora do eixo falante-ouvinte (*Dicionário de Linguística e Gramática*, p. 90, 2002).

Estudiosos como Peirce (1977), Ducrot e Todorov (1982) abordaram questões que envolvem a dêixis, entretanto o estudioso que primeiro esboçou a ligação entre a dêixis e os pronomes pessoais foi Jakobson (1957). Ao estudar as relações entre código e mensagem, Jakobson (1957) percebeu que o código pode remeter ao código e o código pode remeter a mensagem, situações que este denominou de encobrimento parcial, ou seja, o código possui uma classe de unidades gramaticais - os “articuladores” ou pronomes pessoais – que só ganham sentido se estiverem inseridos em um contexto, referidos à mensagem.

Benveniste é o autor que dá maior contribuição ao estudo dos pronomes. Em seu texto *A natureza dos pronomes* (1956), ele faz um estudo mais aprofundado da categoria e fundamenta a sua teoria da enunciação, na qual os pronomes representam a subjetividade na linguagem. Ao falar dos pronomes pessoais lembra que a definição dada a esta classe elimina a noção de “pessoa”. A definição comum para os pronomes pessoais é aquela que contém *eu*, *tu* e *ele*, contudo Benveniste (1956) ressalta que a noção de pessoa remete somente ao *eu* e *tu*, e falta em *ele*.

Benveniste (1956) demonstra que os pronomes se configuram em uma classe da língua que opera no formal, sintático, e no funcional, pragmático, ou seja, os pronomes não pertencem somente à língua, mas também a fala, o que acarreta em uma dependência das

categorias de tempo e espaço à pessoa. A realidade linguística *eu* e *tu* é a realidade do discurso. *Eu* “é o indivíduo que enuncia a presente instância do discurso que contem a instância linguística *eu*” (Benveniste, p. 278, 1956), logo *tu* “é o indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*”. (Benveniste, p. 279, 1956). A dêixis liga-se aos pronomes justamente na instância do discurso que contem a pessoa. Em Benveniste (1958), a dêixis volta a ser referida para designar o par *eu/tu* como marcas da pessoa na enunciação, bem como para indicar o par sujeito/subjetividade no ato discursivo. É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como sujeito. O funcionamento da subjetividade está no exercício da língua. (Benveniste, 1989: 288).

Embora o estudo de Benveniste seja, aparentemente, voltado para a análise do discurso ele amplia o enfoque estruturalista e traz uma nova dimensão para outros estudos, como o dos pronomes e também os estudos semióticos e de teoria da recepção. Barthes (1968), por exemplo, faz um trabalho brilhante sobre a “morte do autor” fazendo uso dos estudos de Benveniste. A respeito de Benveniste, Barthes (1988: 182) comenta:

(...) Benveniste amplia consideravelmente a noção de *shifter*, lançada com brilho por Jakobson; ele funda uma linguística nova, que não existe em nenhum outro autor (e muito menos em Chomsky): a linguística da interlocução; a linguagem, e, portanto, o mundo inteiro, articula-se sobre essa forma eu-tu.

Benveniste contribuiu de forma decisiva para os estudos dos pronomes. É a partir de estudos dele que se desenvolveram pesquisas conclusivas para a categoria pronominal.

A DIACRONIA DO PRONOME *VOCÊ*

O sistema pronominal do português foi tema de vários estudiosos da língua no decorrer do tempo, todavia sua abordagem é ainda imprecisa. Nesta subseção, abordam-se diversos estudos, que de alguma forma se complementam na tentativa de apresentar o percurso realizado pela forma pronominal *você*, identificando, desta forma, quando se deu sua

entrada na língua. Para isso, utiliza-se o estudo realizado por Clezio Roberto Gonçalves em sua tese de Doutorado (2008).

O objetivo de Gonçalves é falar de alguns estudos publicados no Brasil, os quais tratam do uso da forma pronominal *você* no Português do Brasil e no Português de Portugal. Primeiramente, elege a perspectiva diacrônica, a qual leva em consideração a história e o percurso dos pronomes *vossa mercê* e *você*. A ideia é traçar o percurso social dessas formas partindo do latim até a sua gramaticalização.

Para Said Ali (1950), a forma *você* é produto da evolução das raízes latinas, que começou com a inserção dos pronomes *tu/vós* no português para dar tratamento direto a uma pessoa ou a pessoas a quem se dirigia à palavra. Em seguida, surgiu a necessidade de distinção das formas de tratamento de acordo com a hierarquia, logo o *tu* era usado na intimidade, *vós* era usado em tratamento cerimonioso indireto e *vossa mercê* era usada em tratamento indireto com o objetivo de atribuir qualidade a pessoa a quem se dirige. *Vossa mercê* ganhou popularidade e foi evoluindo, devido a transformações fonológicas, para as formas *vossemecê*, *vossancê* e *você*.

Amaral (1955) fala da popularização da forma *vossa mercê* no final do século XV. Como o uso desta forma estava generalizado nas camadas mais populares da população, os colonos portugueses trazidos para o Brasil no início do século XVI para ocupação, já traziam formas avançadas de *vossa mercê* e o *vós* havia caído em desuso.

Nascentes (1956) assume que *vossa mercê* não era uma forma pronominal no século XIV, mas explica que no decorrer do século XVIII a forma *mercê* passou a ser designada a burgueses. Para o autor os estágios de mudança ocorrem da seguinte forma:

Vossa Mercê > *vossemecê* > *vosmecê* > *vosm'cê* > *voscê* > *você*...

Outros autores traçaram um percurso para evolução da forma *vossa mercê* divergindo da apresentação de Nascentes, por vezes acrescentando itens, por vezes subtraindo, no entanto, são unânimes no reconhecimento de que houve alteração fonética entre as formas *vossa mercê* e *você*. Nascentes acrescenta ainda que *você* e *vossa mercê* possuem valor duplo em Portugal, sendo *você* pejorativo, mas também ao mesmo tempo pode representar afetividade, proximidade. *Vossa mercê* era uma forma utilizada pelos súditos para pedir algo, isto é, tinha caráter argumentativo ou expressão de recompensa usada pelo reinante aos súditos em troca de serviços prestados.

Luft (1957) reforça que a forma *você* em Portugal, dependendo da região, pode ser pejorativa e considerada como ofensa, enquanto no Brasil, significa tratamento familiar.

É interessante ressaltar o estudo de Biderman (1972) sobre a origem da forma pronominal *você*, pois esta linguista trabalha com as formas de tratamento relacionando-as com as estruturas sociais. Para ela, a forma *você* é resultado da evolução de *vossa mercê*, expressão importada da Espanha que, por algum tempo, dominou Portugal (por volta dos séculos XVI e XVII). A autora acredita que *vossa mercê* tem sua origem na forma *vuestra merced*, surgida na Espanha, a qual na verdade foi uma expressão lacuna deixada pela queda do *vós*. A partir do século XVI, a forma espanhola passa a sofrer alterações fonéticas chegando a forma simplificada *usted*. Com apoio no estudo de Pla Cárceres (1923) demonstra algumas das variantes espanholas, como:

Vassuncê, voaced, vueded, vuaced, voazé, vuazé, vuezé

Das variantes apresentadas *vassuncê*, que é uma forma característica da zona rural da Espanha, também é encontrada na fala rural de Portugal e do Brasil.

A autora afirma que no Português do Brasil existem duas formas de tratamento: *você* (- formal) e *senhor* (+ formal), os quais, na correspondência com o francês, seriam o *tu* e o *vous*, sendo que o *tu* foi substituído pelo *você* na virada do século XIX para o XX.

Biderman ressalta ainda as diferenças entre Brasil e Portugal no que tange as formas de tratamento, pois há uma tendência no Brasil a ampliar a área coberta por *você*, diferentemente do que se vê em Portugal. Isso ocorre, segundo a linguista, porque a sociedade brasileira é mais aberta e menos ligada a formalidades no trato humano, bem diferente da sociedade portuguesa, a qual se caracteriza como uma sociedade mais fechada e formal que possui diversos tratamentos entre os indivíduos e as classes sociais. Logo, formas de tratamento como *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria* que para o brasileiro são formas encontradas somente na escrita comercial e burocrática, para o português é uma forma de uso comum.

O trabalho de Biderman chama atenção por diferenciar-se de outros estudos indo contra a teoria de que o pronome *você* teve sua origem na redução fonológica da antiga forma pronominal *vossa mercê* e defende que na verdade *você* era apenas uma das diversas variantes que circulavam na Península Ibérica, coexistindo com *vossa mercê* no século XVIII.

Said Ali (1976), prosseguindo seus estudos sobre o pronome *você*, vai afirmar que *vossa mercê* era uma locução nominal usada como título honorífico, correspondendo à

terceira pessoa do singular, apesar de ser associado aos pronomes de segunda pessoa. Somente com o passar do tempo quando o uso foi estendido aos fidalgos é que a forma pronominalizou-se. De acordo com grande parte dos estudiosos, a forma *você* originou-se de *vossa mercê* tendo a forma intermediária *vosmecê* – *vossa mercê* > *vosmecê* > *você* – no entanto, outras propostas surgiram a respeito deste fenômeno.

Lapa (1991) é um autor que traz outra perspectiva, pois defende que *vossa mercê* é a forma mais antiga de tratamento no português e que esta era usada somente para se dirigir ao rei. Contudo, nos fins do século XIV ocorreram modificações fonéticas e no conteúdo semântico da forma e logo outros pronomes de tratamento como *Vossa Alteza* substituíram *vossa mercê*. De *vossa mercê* surgiram as formas *você/ vocês* e, em Portugal, *vocês* passou a ser usado no lugar de *vós*. *Você* era uma forma considerada desrespeitosa, por isso era evitada, em seu lugar usava-se *vossemecê*. No Brasil, a forma *vosmicê* e *vancê* correspondia a forma *vossemecê* de Portugal e seu uso se restringia a familiares e pessoas próximas.

O estudo de Faraco (1996) destaca-se dos demais, pois defende a ideia de que *vossa mercê* e *você* entraram no Brasil de uma forma diferente das já demonstradas. *Vossa mercê*, quando os portugueses chegaram ao Brasil, já não tinha valor honorífico e havia sido substituído por *Vossa Alteza*, logo o seu uso já havia sido generalizado e o pronome *vós* estava em processo de arcaização. A hipótese do autor é de que *vossa mercê*, em princípio, surge como um tratamento honorífico na Idade Média os quais estão ligados as duas instituições medievais mais importantes da época: a mercê do rei e o senhorio. Com o passar do tempo, a expressão foi perdendo seu valor honorífico e passou a ser substituído por *Vossa Alteza* chegando ao final do século XV completamente extinta no meio real. Com isso, *vossa mercê* seguiu em duas direções:

(i) entre a burguesia urbana manteve seu caráter honorífico, arcaizando-se no decorrer dos séculos XVII e XVIII;

(ii) passou por um processo de simplificação fonética e originou as formas *você* e *vocês*, que hoje são de uso corrente no português.

Ao que refere ao processo de simplificação, além das formas já citadas por alguns estudiosos e que seriam de uso urbano – *vosmecê* > *vossemecê* > *vossecê* > *você* > *ocê* > *cê* – coexistiram outras formas, de uso rural registradas no trabalho de Amaral (1955):

Vossuncê > *vassuncê* > *mecê* > *vancê* > *vacê* > *vosmincê*

Este registro, na opinião do autor, é uma evidência de que a evolução de *vossa mercê* se deve a fatores sociais e geográficos. Uma comprovação disso é a forma *você*, que tem marca negativa em algumas regiões rurais de Portugal e, por este motivo, acredita-se que sua origem é urbana sendo usada informalmente entre a burguesia, enquanto as outras formas seriam de origem rural por suas características. É importante ressaltar que o estudo de Faraco não possui larga comprovação em documentos, mas, segundo o mesmo, há dados suficientes para uma reconstrução hipotética de como se deu o uso de *você*.

A hipótese de Faraco é de que no final do século XV, a forma *vossa mercê* já estava sendo utilizada em larga escala entre a população não aristocrática de Portugal. Foi essa população que veio para o Brasil para a ocupação no século XVI, quando a forma *vós* já havia caído em desuso e o processo de simplificação de *vossa mercê* já estava em estágio avançado.

Em 2001, Salles fez uma pesquisa com documentos informais produzidos por usuários do Português do Brasil no século XIX, tendo como objeto de estudo os pronomes de tratamento. A conclusão a que chegou foi de que os tratamentos em segunda e terceira pessoa coexistiram lado a lado sem que nenhuma se sobressaísse sobre a outra. Em relação ao pronome *você*, concluiu que este tem origem na forma nominal *vossa mercê* e que na documentação consta o percurso diacrônico do pronome, ficando claro o processo de gramaticalização. O pronome *você* não só perdeu seu sentido original adquirindo novos sentidos, como também sofreu redução fonológica.

Menon (2001, p. 131-132) comenta que:

temos, então, uma situação linguística que parece ter favorecido o desenvolvimento de uma forma diferenciada de tratamento, possibilitando um maior uso de *vosmecê* nas relações interpessoais, uma vez que aqui não existiam as condições que regulamentavam um uso rígido das formas honoríficas, sobretudo na corte. Mais preocupados em sobreviverem aos ataques dos índios e dos franceses ou holandeses, os primeiros habitantes e seus descendentes talvez não dispusessem dos mecanismos de conservação das formas mais polidas. É bom lembrar que entre outras coisas que faltavam no Brasil estava a inexistência de imprensa e que a única escolaridade naqueles primeiros tempos estava a cargo dos jesuítas, ministrada em língua geral até o início do século XVIII. Sem escolas para impingir normas e corrigir erros, sem imprensa para fixar visualmente padrões empregados na escrita, a língua poderia perfeitamente ter se modificado mais rapidamente que em Portugal no tocante ao uso de *vosmecê*, sobretudo na grande massa da população; no caso da elite, nobre, que podia mandar os filhos estudar em Portugal, se desenvolvia uma língua mais cuidada, inclusive produzindo literatura. Temos de lembrar ainda que se constitui em terras

brasileiras um relacionamento diverso do lusitano, por força da mão de obra escrava: a relação entre casa grande e senzala.

Já Lopes & Duarte (2003) afirmam que no século XVIII é que ocorre a pronominalização de *vossa mercê* e que é somente no início do século XIX que se dá a gramaticalização de *você*. As linguistas observam as relações superior/inferior e inferior/superior e identificam que *vossa mercê* e *você* não se diferenciam nessas relações em peças teatrais, o que demonstra que as duas formas possuem um valor de reverência e cortesia, nos termos de Hopper (1991), houve estratificação. Na segunda metade do século XIX o uso de *vossa mercê* diminui e *você* passa a ocorrer não expresso, o que indica que este ganhou *status* de nome, isto é, houve uma recategorização nos termos de Hopper (1991). As linguistas falam sobre outro indício da recategorização: o uso de *você* no plural o que não ocorre com *vossa mercê* que é usado só no singular. Nos diálogos do século XIX entre inferior/superior, *vossa mercê* é amplamente utilizado evidenciando o caráter de reverência e cortesia. Já na relação superior/inferior o mais utilizado é *você*, o que nos termos de Hopper (1991) é uma especialização dos itens. Mais adiante haverá uma explanação sobre o trabalho de Hopper.

Menon (2006) faz um importante estudo sobre a história do *você*, no qual faz todo o percurso de *mercê* até este atual pronome recorrente nos dias de hoje. *Mercê*, no português arcaico, era um substantivo comum, do gênero gramatical feminino, com o significado de “favor, graça, benesse” e seu uso era designado ao rei. A linguista afirma que o uso de *vossa mercê*, a qual já era uma forma gramaticalizada, não se restringia ao rei, pois há uma carta de um Bispo dirigida ao Secretário do rei em que se encontra esta forma. Portanto, Menon visa fazer um percurso que mostre como o uso de *vossa mercê* foi ampliado tendo como base uma interpretação social.

Antes designação dada somente ao rei, *vossa mercê* passa a ser forma exigida também pelos escalões superiores da hierarquia da corte aos seus subordinados diretos. Logo, a forma de tratamento vai se estender à nobreza mais distanciada da corte e chegará aos senhores de domínio, os quais passam a exigir o tratamento dos que não são nobres. Por fim, os que não são nobres, mas que detêm dinheiro também querem o prestígio do tratamento e exigem dos empregados ou de outras pessoas que mantenham contato o seu *vossa mercê*. O desejo de obter destaque através da forma de tratamento *vossa mercê* acabou por tornar comum o seu uso descaracterizando seu valor honorífico, pois agora é uma forma de tratamento vulgar. Logo os reis descartaram o *mercê/vossa mercê* e empregaram Majestade.

O último trabalho citado na pesquisa de Gonçalves é o de Chaves (2006), que é o estudo mais recente. Priorizando a modalidade escrita com um *corpus* de cartas particulares escritas entre 1800 e 1954, a lingüista, através de uma abordagem social e histórica da língua sobre a implementação do pronome *você*, identifica os contextos de uso e classifica-os conforme o grau de simetria das relações pessoais efetivadas. De acordo com Gonçalves, Chaves se propõe a fazer uma comparação entre as etapas do processo de gramaticalização do pronome *vossa mercê* na forma *você* e as diferentes formas de abreviar esses itens. Com esta pesquisa delimitou-se a segunda metade do século XIX como sendo a data de alterações do pronome de tratamento *vossa mercê* no processo de gramaticalização. A partir disso, a lingüista conclui que, através dos estudos variacionistas, além da fonética e da sintaxe, é possível contemplar as formas gráficas.

GRAMATICALIZAÇÃO DA FORMA *VOCE*

Segundo Célia Regina Lopes (texto inédito), “a gramaticalização, grosso modo, ocorre quando um item lexical/construção passa a assumir, em certas circunstâncias, um novo status como item gramatical”. É relevante destacar como ocorre o processo de gramaticalização e o que determina sua operacionalidade. O falante, para atender aos seus propósitos comunicativos, cria novas expressões ou formas vocabulares, as quais são regularizadas pelo uso constante. Ou seja, o uso repetido de novas formas se normaliza, ou tecnicamente falando, gramaticaliza.

Machado (2006) afirma que é inquestionável a categorização de *você* como pronome pessoal, pois as formas *tu* e *vós* encontram-se em desuso em relação a nova forma pronominal. O falante quando tem de escolher entre os pronomes *tu* e *você* opta pelo segundo. Entretanto, essa mudança se deu de forma gradual e, para compreender o que aproxima e o que diferencia o item *você* dos demais pronomes pessoais, faz-se necessário demonstrar seu processo de gramaticalização.

A autora faz uma análise do processo de gramaticalização utilizando as teorias de Lehmann (1985), Hopper (1991) e Heine (2003), que apesar de apresentarem propostas diversas, demonstram complementaridade e compatibilidade entre elas. Machado organiza as propostas no eixo sincrônico e diacrônico.

No eixo sincrônico utiliza os princípios de Hopper (1991). Primeiramente, é necessário entender que “a forma que sofre a gramaticalização sofre alterações no seu conteúdo semântico no decorrer do tempo, logo passa a exercer funções que antes eram

desempenhadas por outras formas já presentes na língua há mais tempo” (p. 29). Tal quadro nos mostra que duas formas passam a coexistir no exercício da mesma função, o que se denomina princípio de *estratificação*, ou seja, novas camadas da língua surgem sem, no entanto, descartar as camadas mais antigas, coexistindo e até interagindo com esta. No caso de *você/ vocês*, estas formas passaram a ser usadas juntamente com *tu* e *vós*, coexistindo em um período de transição.

Outra forma de convivência entre o velho e o novo se encontra no princípio da *divergência*, o qual trata da autonomia tanto da forma em vias de gramaticalização, quanto da forma original, o que permite que “ambas convivam lado a lado” (p. 29), isto é, o elemento que deu origem ao processo de gramaticalização é preservado. Nota-se com *você* que, apesar da sua forma de origem *Vossa Mercê* ter sofrido alterações fonológicas perdendo até mesmo seu valor semântico, a forma *mercê*, que é o item lexical original, não perde sua integridade fonológica e nem semântica.

O último princípio de Hopper (1991) apresentado é o da *persistência*, o qual marca singularidades da forma em relação aos demais constituintes de sua categoria destino. Portanto, o princípio de *persistência* consiste na aquisição de uma função mais gramatical para o item, sendo que alguns traços de seu significado tendem a aderir-se ao novo emprego. O que ocorre com *você* é a conservação da forma verbal de 3ª pessoa sendo que sua referência é a de 2ª pessoa, mas também, o fato de exercer função sintática distinta da de sujeito, a qual é característica dos pronomes pessoais do caso reto. Logo, a conclusão a que se chega é de que *você* resguarda uma característica de sua origem nominal. A autora observa bem que “detalhes de sua história, como item lexical, podem se encontrar refletidos em restrições de sua distribuição gramatical” (p. 29).

No eixo diacrônico, a gramaticalização é analisada por Machado (2008) nas seguintes perspectivas: a) mudança semântica e ampliação dos contextos pragmáticos, b) mudança morfossintática e c) mudança fonológica.

No processo de mudança semântica e ampliação dos contextos pragmáticos, primeiramente, uma determinada expressão linguística é eleita para o processo de gramaticalização. No decorrer do uso, há uma alteração gradativa do seu conteúdo semântico em contextos específicos, o que vai tornando seu significado cada vez mais gramatical, processo o qual recebe, na nomenclatura de Lehmann (1985), o nome de *desgaste*, enquanto, na nomenclatura de Heine (2003), recebe o nome de *dessemantização*. Com a mudança de seu significado, a expressão linguística adquire progressivamente novos empregos, “passando a ser usada em contextos pragmáticos em que não podia ser empregada anteriormente e

ampliando, assim, seu escopo de uso, como propõe o mecanismo da *extensão* concebido por Heine (2003, p30)”.

No processo de gramaticalização de *vossa mercê* para *você* é evidente a mudança semântica e a ampliação dos contextos pragmáticos. Salles (2001), autor já citado nesta pesquisa, faz um estudo relevante a partir da forma *mercê* que, segundo o linguista, servia para o rei designar graça e favor aos súditos. Com o passar do tempo, *mercê* também passa a designar não só o ato de bem fazer, mas também a vontade de quem pratica o ato, criando desta forma o tratamento cerimonioso *vossa mercê*. Nos anos de 1460 o uso estendia-se somente ao rei de Portugal, porém, em 1490, expande-se para alguns membros da nobreza e no século seguinte é utilizado com os membros da burguesia. Todavia, a expansão não para por aí e a forma *vossa mercê* passa a ser usada em tratamento não íntimo entre membros da aristocracia, os quais passam a exigir dos subalternos a mesma forma de tratamento. Fica visível a mudança de valores semânticos, pois, inicialmente, a forma de tratamento resguardava um caráter assimétrico que foi perdendo-se gradativamente com a ampliação dos contextos pragmáticos.

Para Bybee (2003), o uso frequente, ou seja, repetido da forma, está associado à perda fonética que ocorre no processo de gramaticalização. Diversos linguistas concordam que de *Vossa mercê* para *você* a mudança fonológica foi bem acentuada, o que acarretou também em mudança no comportamento sintático das formas. Porém, nem todas as formas que passam pelo processo de gramaticalização sofrem a redução fonológica, logo Machado (2008) levanta a questão: “a perda de parte da liberdade sintática da forma se dá por uma diminuição de sua substância fonológica ou simplesmente por ser esta uma característica intrínseca à gramaticalização, conforme propõem alguns teóricos desse processo, visto que algumas formas se gramaticalizam sem alterar sua substância fonológica?”. Para responder a questão, Machado (2008) apresenta as propostas de Lehmann (1985), Hopper (1991) e Heine (2003) sobre os indícios de gramaticalização no nível sintático.

Segundo Lehmann (1985), a forma em vias de gramaticalização perde sua variabilidade e passa a ocupar uma posição sintática mais fixa, em seguida passa a ocupar uma posição morfológica mais determinada no processo nomeado por ele como *fixação*. De forma concorrente a *fixação* ocorre à *obrigatoriedade*, também de Lehmann (1985) ou a *especialização* de Hopper (1991). A *obrigatoriedade* ou *especialização* consiste em um determinado estágio onde formas que possibilitam diferentes interpretações semânticas sofrem, com o processo de gramaticalização, um estreitamento em sua variedade de escolhas

e uma diminuição da possibilidade de combinação com itens que admitem significados mais gramaticais.

Rumeu (2004) explica que no processo de gramaticalização de *você* é notável que sua inserção no quadro dos pronomes pessoais é acompanhada por sua fixação em uma posição sintática determinada, a qual é a função sintática de sujeito. Essa função sintática de *você* o aproxima dos pronomes pessoais que têm esta função como característica própria. Assim, ocorre o processo de *decatégorização*, pois a forma *você* tende a não exercer mais função de complemento verbal e de não integrar mais a locução prepositiva de posse e passa a ser interpretado como pronome de 2ª pessoa, com isso, associa-se as formas de 2ª pessoa e abandona as de 3ª pessoa, que são típicas dos nomes.

O VOCEAMENTO

Lopes & Cavalcante (2011) apresentam uma cronologia do fenômeno linguístico denominado *voceamento*. As linguistas observam que o *você* adquiriu comportamento semelhante ao da forma argentina *voseo* e, para explicar melhor o funcionamento do *voceamento*, faz uso do estudo de Fontanella (1977). Segundo essa autora, coexistiam dois subsistemas *vos* e *tú* nos séculos XVI e XVII, que se fundiram e resultaram no paradigma supletivo *voseo* argentino. Lopes & Cavalcante (2011) adotam a mesma linha argumentativa de Fontanella (1977) e afirmam que houve processo semelhante no português brasileiro o qual ocorreu, entretanto, com as formas *você* e *tu*.

Contudo, o objetivo não é fazer uma comparação do *voseamento* argentino e do *voceamento* brasileiro, mas sim “partir dessa questão geral e analisar dados da virada do século XIX para o XX, mostrando a distribuição cronológica da entrada de *você* na posição de sujeito, correlacionando tal fenômeno à retenção do clítico *te* como complemento direto e indireto” (Lopes & Cavalcante, 2011, p. 32). As autoras fazem uso de um *corpus* que evidencia a entrada do pronome como sujeito preenchido e complemento preposicionado oblíquo. Porém, as formas relacionadas a *tu* não desapareceram e foi constatado o *te* complemento ao lado de formas alternantes relacionadas a *você*. O *corpus* é composto de 124 cartas de diferentes famílias brasileiras produzidas no período de 1870 a 1937.

Esse estudo é relevante para a perspectiva do ensino, pois demonstra claramente que o ideal de uniformidade no tratamento, supervalorizado pela gramática tradicional, é, nas palavras de Lopes & Cavalcante (2011), artificial. Pois, desde o século XIX a mistura de tratamento é comum nos textos escritos, logo se pode concluir que na fala o fenômeno é

muito mais intenso. Um exemplo disso é que tanto em estudos sincrônicos quanto em estudos diacrônicos foi constatado que na função de complemento há o predomínio do *te* sobre *você*, seja no subsistema tratamental em que predomina *Tu*, seja no subsistema tratamental que predomina *Você*.

Primeiramente, faz-se necessário compreender o que é o *voejamento* e o *voceamento*. Segundo Fontanella (1977), o *voseo* consiste, grosso modo, no “uso de formas pronominais e/ou verbais originariamente pertencentes à segunda pessoa do plural para se referir à segunda pessoa do singular” (p. 227). Lopes & Cavalcante (2011) aproveitam essa definição para fazer um paralelo do *voceamento*, que segunda elas “corresponderia ao emprego de formas verbo-pronominais relacionadas a *você* (terceira pessoa formal) com o mesmo objetivo: referir-se à segunda pessoa do singular”.

Lopes & Cavalcante (2011) localizam a ideia principal de Fontanella que permitirá traçar o paralelo com o *voejamento*: “as formas pronominais apresentam uma situação de quase total uniformidade em todas as zonas *voeantes* da América e nos distintos grupos socioculturais que empregam o *voseo*”. Segundo a autora, nos séculos XVI e XVII as formas *vos* e *tu* conviviam lado a lado, o que levou a fusão de ambas as formas, tendo como resultado o paradigma supletivo para o *voseo*. O paradigma da segunda pessoa do singular manteve o *vos* na função de sujeito e de pronome complemento preposicionado, o *te* como complemento não preposicionado e o *tu* e *tuyo* como possessivos.

Com o português brasileiro aconteceu um processo semelhante, só que com as formas pronominais *tu* e *você*, que se fundiram. Assim, *tu* e *você* seriam o tratamento informal, enquanto *o senhor* e *a senhora* seriam o tratamento formal. No estudo elaborado por Scherre *et al* (2009) foi realizada uma pesquisa sociolinguística da variação *você/tu* na posição de sujeito e a conclusão a que se chegou foi de que: “*você* se generalizou no português do Brasil como pronome pessoal, seja variando com o pronome *tu*, subsistema mais produtivo em todas as regiões, seja como tratamento exclusivo em quatro das cinco regiões brasileiras” (Lopes & Cavalcante, 2011, p. 39).

Entretanto, o *tu* ainda se mantém na posição de sujeito e até apresentou uma ampliação em seu uso em diversas regiões do país, principalmente sem o traço de concordância. A coexistência das formas ocorre, segundo as autoras, por questões sócio-pragmáticas, pois o uso do *tu* se dá em um contexto determinado, com um direcionamento mais íntimo na fala de jovens do sexo masculino, de menor escolaridade e localizados, em grande parte, na região

rural. O *você* possui um caráter menos intimista e de maior neutralidade, sendo o contexto indeterminado o que favorece o seu uso.

As autoras exploram também os contextos morfossintáticos mais produtivos ao emprego de *você* e *tu* no *corpus* utilizado na pesquisa. Os contextos favoráveis a formas relacionadas a *tu* eram: (a) pronome-complemento sem preposição (*te*), (b) verbo não-imperativo (sujeito nulo com marca desinencial de segunda pessoa) e (c) determinante possessivo (*teu/tua*). Os contextos favoráveis às formas associadas a *você* foram: o pronome complemento preposicionado, o pronome-sujeito e imperativo. Contudo, as autoras restringem-se a dois contextos morfossintáticos: posição de sujeito e complemento verbal. No caso, na posição de sujeito-preenchido há um favorecimento de *você* e, na posição de sujeito nulo, há um favorecimento de *tu*. Já com o complemento verbal, há um favorecimento de *você* como complemento preposicionado, porém o clítico *te* é mais produtivo como complemento não-preposicionado, pois aparece tanto no subsistema tratamental em que predomina o *tu* quanto no que predomina o *você*.

Brito (2001), Machado (2006), Rumeu (2008) e Lopes (2009) afirmam que o contexto morfossintático mais propício ao emprego de *você* é a posição de sujeito. Duarte (1993), por meio da análise de peças teatrais brasileiras, conclui que no início do século XX era a forma *tu* realizada como sujeito nulo que prevalecia sobre a forma *você*, a qual era geralmente empregada como sujeito pleno. Por volta de 1920, Duarte (1993) observou que *você* superou o uso de *tu* na posição de sujeito. Com base nos dados verificados nesses estudos, pode-se afirmar que foi como sujeito que *você* iniciou sua inserção no quadro pronominal. Scherre *et al* (2009) identifica em cartas de amor do século XX, uma quantidade reduzida de dados de *tu* sem concordância, entretanto tal número já demonstra o início de uma configuração comum no século XXI: a concordância verbal de *tu* com a dita 3ª pessoa.

Lopes & Cavalcante (2011) acreditam que as motivações sócio-pragmáticas para o preenchimento do sujeito com *você* em uma língua em que predominava o sujeito nulo, se dão por que: “*Você* era utilizado para destinatários e contextos específicos, atenuando pedidos/ordens e ocorrendo em estruturas fixas típicas do gênero carta”. É na segunda década do século XX que percebemos uma ampliação do uso de *você* na posição de sujeito, porém, na década seguinte, Lopes (2009) observa que o *tu* tornou-se produtivo também como sujeito pleno ao lado de *você*. No decorrer das décadas seguintes, entretanto, o *você* ocupará, pouco a pouco, os espaços funcionais de *tu*, mas não todos.

Com os pronomes-complemento, com e sem preposição, os resultados foram diferentes. Considerando as funções acusativas, dativas e oblíquas dos pronomes de 2ª pessoa,

Lopes e Cavalcante (2011) demonstram que o clítico *te* é ainda o mais utilizado como estratégia de complemento verbal para a 2ª pessoa.

Com base nos estudos de Duarte (2003), entende-se por acusativas as formas pronominais de 2ª pessoa que desempenham a função de objeto direto. Lopes & Cavalcante (2011) comentam que, segundo a gramática tradicional, o clítico *te* seria o pronome original de segunda pessoa no caso acusativo, todavia, a entrada de *você* no sistema trouxe outras formas variantes (*te- você- Ø-lhe*). Os complementos dativo e oblíquo diferenciam-se sintaticamente entre os complementos verbais preposicionados que podem ser cliticizados e os que não podem. Os dativos exercem essa função, já os oblíquos não. O dativo é considerado o objeto indireto, segundo Duarte (2003), que é tipicamente um argumento interno de verbos de dois lugares do tipo (S V OI) ou ditransitivos (S V OD OI) com papel semântico de Alvo, Fonte ou Beneficiários com traço [+ animado] (Duarte 2003: p. 289, Berlink 1996). Antes de discorrer sobre os dados é necessário lembrar que as formas clíticas *te* e *lhe* podem desempenhar, na segunda pessoa, tanto a função de objeto direto como de objeto indireto.

Em um quadro de 360 dados do *corpus*, pode-se observar que, das possibilidades estratégicas para o emprego do complemento verbal relacionado à 2ª pessoa, o clítico *te* foi majoritariamente a forma mais empregada, seja na função acusativa, seja na função dativa. A segunda estratégia predominante foi a zero, que ocorreu em grande parte com os dativos. Os complementos preposicionados seguidos de *você* (*de você, em você e com você*) foram as formas que prevaleceram como complementos oblíquos.

Com a intenção de fazer uma análise detalhada sobre o complemento verbal de 2ª pessoa, Lopes & Cavalcante (2011) apresentam os resultados específicos de cada função: acusativo, dativo e complemento preposicionado oblíquo.

Os resultados dos pronomes de segunda pessoa na função de objeto direto com o tratamento empregado como sujeito (*Tu, Você e você/tu*) trazem importantes observações que vão contra a uniformidade de tratamento da gramática tradicional. As autoras notaram que o clítico original de segunda pessoa, *te*, foi majoritário com todos os pronomes sujeito, ou seja, quando o sujeito era somente *tu*, quando sujeito era somente *você* ou quando o sujeito variava, sendo ora *tu*, ora *você*. Todavia, vale ressaltar que a presença de *te* foi mais frequente como acusativo. As autoras comentam ainda que:

esses resultados dão indícios de que a uniformidade de tratamento já era, em fins do século XIX e início do século XX, uma artificialidade da prescrição gramatical e não correspondia

à realidade da língua em uso no português brasileiro mesmo nas produções escritas (Lopes & Cavalcante, 2011, p. 53)

Diversas explicações são apresentadas para justificar o predomínio de *te* acusativo em todas as estratégias de sujeito. Para Cyrino (1992) e Brito (2000), a generalização da próclise no Brasil converteu o clítico *te* em afixo. Brito (2000) defende que a falta da marca de concordância com *você* abre espaço para o clítico-afixo *te* assumir esse lacuna no sintagma do objeto. Nas palavras da autora: “*te*, portanto, reflete a concordância com a pessoa com quem se fala, tratada atualmente por *você*” (Brito 2000: 172). Lopes & Cavalcante (2011) fazem uma análise na perspectiva da gramaticalização, classificando *te* como acusativo ao lado de *você* como um processo de *especialização*. Como já mencionado, a *especialização* consiste em um determinado estágio onde formas que possibilitam diferentes interpretações semânticas sofrem, com o processo de gramaticalização, um estreitamento em sua variedade de escolhas e uma diminuição da possibilidade de combinação com itens que admitem significados mais gramaticais. A alta frequência da estrutura *te* + *verbo* na função de objeto pode indicar a morfologização do clítico como prefixo.

Os dativos de segunda pessoa também foram analisados em correlação com o tratamento empregado na posição de sujeito. Os resultados demonstram que há uma variedade significativa de formas para expressar o dativo. As variantes de segunda pessoa encontradas no *corpus* foram: preposição *para* e *a* associadas a *você*; o clítico *te*; o clítico *lhe* que passou a atender a segunda pessoa com a inserção de *você*; e o dativo nulo. Apesar de em quase 50% dos casos o clítico *te* prevalecer, as outras formas mostraram-se produtivas também.

A correlação entre a expressão do dativo e o tratamento empregado ao interlocutor apresentou resultados relevantes que sinalizam a emergência de *você*-sujeito. Quando o sujeito era, exclusivamente, *tu*, o dativo predominante era o clítico *te*. Porém, quando a posição de sujeito era ocupada apenas por *você*, percebeu-se um equilíbrio entre as formas de dativo, pois o dativo nulo aparece em 30% dos casos, enquanto o *te* e o *lhe* aparecem em 27% e 29% dos casos, respectivamente. Nos casos de sujeito misto (*tu/você*), o clítico *te* predomina ao lado do dativo nulo. Lopes & Cavalcante (2011) comentam que “aparentemente o aumento do *você* na posição de sujeito parece ter favorecido o emprego maior do zero na função dativa” (p. 57).

Conforme o apresentado pelas autoras, o clítico *te* é preponderante quando o sujeito é *tu*, porém no decorrer das primeiras décadas do século XX, o predomínio de *você*-sujeito acarretou em um equilíbrio entre as formas variantes de dativo, destacando-se a ocorrência da

variante zero. Já no caso de mistura de formas de sujeito (*você/tu*), o dativo *te* e o zero são as variantes mais empregadas.

Os complementos preposicionados (obliquos) apresentaram resultados diferentes dos observados nos acusativos e dativos, pois as estratégias que prevaleceram foram aquelas em que o pronome tônico *você* se faz presente no sintagma preposicionado. O *corpus* analisado mostra que quando o sujeito era *tu* empregou-se, majoritariamente, a *preposição + ti*, contudo quando o sujeito era *você* empregou-se, majoritariamente, o sintagma preposicionado (*para você*).

Os padrões quantitativos de Lopes & Cavalcante (2011) servem como indícios de como a mudança se implementa. As autoras afirmam que o período de tempo analisado parece indicar que há três subsistemas que envolvem as consequências da variação *tu/você* na posição de sujeito. O primeiro subsistema é o do *tu* exclusivamente como sujeito, tendo como acusativo e dativo o clítico *te*, na maioria dos casos. O segundo subsistema é o que ocorre a mistura de tratamento entre *tu* e *você*, na qual predomina o dativo nulo, tanto quando se usa o *tu* como sujeito, tanto quando se usa o *você*. O terceiro subsistema é o do *você* exclusivamente como sujeito, sendo a forma *te* a preferida para o dativo.

Em suma, o terceiro subsistema poderia ser classificado como sistema misto, entretanto Lopes & Cavalcante (2011) propõem uma análise da perspectiva dos traços semânticos e formais que consiste o processo de gramaticalização de *você*. *Você* não apresenta traços formais de segunda pessoa, porém apresenta traços semânticos de segunda pessoa, assim como o clítico *te*. Portanto, a mistura de *você*-sujeito com *te* complemento não pode ser classificada como mistura de tratamento, porque ambos possuem os mesmo traços semânticos.

O REARRANJO DO SISTEMA PRONOMINAL NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Lopes & Rumeu (2007) enumeram as principais mudanças ocasionadas pela inserção da nova forma – *você* – no quadro pronominal do português do Brasil:

1) A fusão do paradigma de 2ª pessoa com o de 3ª pessoa do singular iniciou o processo de perda da correspondência direta entre interpretação semântica e traços formais dos pronomes e das desinências verbais. Em outras palavras a fusão de paradigmas mencionada, criou novas possibilidades combinatórias, como *você* com *te-lhe*, *teu-seu/ tua-*

sua e etc e *vocês* com *lhes-vocês*, *seu (s) - teu (s)*, *de vocês* e etc, como, por exemplo: “*Você* disse que eu *te* acharia na faculdade e que *you* me emprestaria o *teu/seu* livro.”.

2) A eliminação do paradigma de 2ª pessoa do plural (*vós*) deu lugar a forma *vocês*.

3) Também ocorreram alterações que afetaram sub-categorias pronominais como os pronomes possessivos e os pronomes complementos, como demonstra o exemplo a seguir: “*Você* arranhou aquele livro que eu *te/lhe* pedi?”. A forma *dele* passou a ser usada como estratégia possessiva de 3ª pessoa para evitar ambiguidade com o possessivo *seu*, o qual agora atende tanto a segunda quanto a terceira pessoa.

4) O imperativo sofre mudanças também devido à “mistura de tratamento”, pois mesmo quando o tratamento do ouvinte se faz com *you*, o seu uso referente ocorre com o sujeito *tu*, como ilustra o exemplo: “*Vem* para Caixa *you* também”.

Outra mudança significativa é a perda da riqueza do paradigma verbal em termos flexionais, que passa de seis formas básicas para três. Para Duarte (1993, 1995), até o final do século XIX, havia seis marcas distintas, inclusive havia uma mesma marca para a terceira pessoa e a segunda pessoa direta.

PESSOA	NÚMERO	PRONOME	PARADIGMA 1	PARADIGMA 2
1ª	Singular	EU	Canta-o	Canta-o
2ª direta	Singular	TU	Canta-s	-----
2ª indireta	Singular	VOCÊ	Canta-0	Canta-0
3ª	Singular	ELE	Canta-0	Canta-0
1ª	Plural	NÓS	Canta-mos	Canta-mos
2ª direta	Plural	VÓS	Canta-is	-----
2ª indireta	Plural	VOCÊS	Canta-m	Canta-m
3ª	Plural	ELES	Canta-m	Canta-m

O que provocou a mudança e redução do paradigma flexional, segundo a pesquisadora, foi a mudança no conjunto de pronomes-sujeito, sendo que primeiro ocorreu a substituição do *vós* por *tu* e depois a substituição do *tu* por *you*, ou seja, o desaparecimento dos pronomes de segunda pessoa propiciou a redução do paradigma flexional do verbo. Em suma, para Duarte (1993, 1995), a mudança no padrão de preenchimento dos sujeitos no Português brasileiro se deveu justamente à perda da desinência verbal, o que proporciona aos

novos pronomes, *você* e *a gente*, o *status* de únicos indicadores da categoria de pessoa, por isso sua presença tornou-se cada vez mais obrigatória. Sabe-se assim que o português está deixando de ser uma língua de *sujeito nulo* para ser uma língua de *sujeito pleno*.

Além da referência definida, o uso de *você* estendeu-se para contextos de referência indefinida e passou a aparecer até mesmo em construções existenciais. Como visto, as gramáticas tradicionais classificam o pronome *você* como pronome de tratamento, que possui caráter definido. No entanto, Ramos (1997, 2000) mostra que o pronome *você* adquiriu também a interpretação indefinida, tornando marcante a indeterminação do sujeito. Afirmam ainda que a gramática tradicional faz tais classificações porque recupera uma regularidade latina, na qual se tinha a correspondência perfeita entre pessoas do pronome e pessoas do verbo, porém esta correspondência foi rompida pela inserção do *você*, que é de segunda pessoa (no lugar do *tu*), mas que leva o verbo para a terceira pessoa. Ramos (1997, 2000) conclui que *você* pode incorporar uma interpretação indeterminada, porque, quando usado com interpretação indefinida, não faz a correspondência com o *tu*, logo pode ser interpretada como não-pessoa, nos termos de Benveniste (1995).

A MUDANÇA NO SISTEMA DE TRAÇOS: PESSOA, NÚMERO E GÊNERO

Lopes & Rumeu (2007) afirmam que a forma *você* tem sua origem no nome ou expressão nominal de tratamento *Vossa Mercê*. Ao assumir, em certos contextos discursivos, determinadas propriedades, valores e funções, essa nova forma pronominalizada passa a fazer parte de uma outra classe/categoria. As autoras tratarão das propriedades semântico-formais, que se mantiveram ou que se alteraram no processo de mudança linguística de nome para pronome. Pois, a forma pronominalizada *você* apresenta, ainda hoje, especificidades que a distingue dos demais pronomes pessoais e que causam as assimetrias no quadro atual dos pronomes do português.

Começando pelo traço de pessoa, *você* mantém a especificação formal de sua forma de origem *vossa mercê*, isto é, permanece com a especificação de terceira pessoa [ø eu] na concordância verbal. Mas houve alteração semântica do discurso [-eu], pois o pronome passou a fazer referência à segunda pessoa. Progressivamente, esta alteração da interpretação semântica de *você* passou a ser incorporada na fala.

A noção de número implica o grupamento de elementos de mesma natureza. Os nomes podem ocorrer no singular e no plural formando a oposição semântica: um elemento *versus*

mais de um elemento. Com os pronomes não ocorre assim, pois a oposição singular e plural nos pronomes pessoais é diferente, o *nós*, que é considerado o plural de *eu*, não é um grupamento de mesma natureza, (*eu+eu*). Tratando-se de *você*, nota-se um quadro de estabilidade em relação ao atributo número. O substantivo *mercê* apresentava variação de número (*mercê – mercês*) e no processo de mudança categorial não houve transformações quanto a este aspecto. *Você* e *vossa mercê* mostraram-se isomórficos nos seus traços formais e semânticos, porque a existência ou não do morfe flexional *-s* é determinante na sua interpretação pluralizada ou singularizada. Isso se deve ao fato de *vossa mercê* ter surgido em substituição a forma pronominal de segunda pessoa do plural – *vós*.

A PERDA DO GÊNERO FORMAL: ASSUMINDO COMPORTAMENTO DE PRONOME PESSOAL

O atributo gênero é considerado o mais complexo por não haver necessariamente correlação entre conteúdo formal e semântico. Nos nomes substantivos, o gênero formal pode estar presente na estrutura sintática, embora a informação do gênero semântico possa estar ausente. No exemplo *a mesa limpa* ou *o prato sujo*, apesar de os traços formais de gênero, não há informação de sexo (gênero semântico). Quando se diz *A cobra foi capturada* ou *as pessoas estão atrasadas*, têm-se a concordância com o feminino, apesar de não se ter necessariamente *cobra fêmea* ou *pessoas do sexo feminino*. Nos substantivos em que há certa correlação entre forma e sentido, como é o caso dos variáveis (aqueles que admitem flexão de gênero – *o (a), aluno (a), o (a) pato (a)*), o gênero semântico faria parte do significado lexical dos itens. Entre os substantivos animados variáveis, há casos de isomorfismo entre os traços formais e os semânticos, como acontece em: *vaca [+fem]*, *rei [-fem]*, *pai [-fem]*. Em outros, o gênero semântico é “neutro”, isto é, refere-se genericamente aos dois sexos.

Quanto ao gênero nos pronomes pessoais, pode-se afirmar que as formas de terceira pessoa *ele/ela, eles/elas* são marcadas formal e semanticamente. Quanto às formas pronominais legítimas, o gênero formal é neutro, porque *eu, tu, nós* e *vós* não têm marca de gênero expressa em termos flexionais. Contudo, semanticamente falando, há uma dupla possibilidade interpretativa, pois formas pronominais como *eu, tu/você, nós/a gente* podem combinar-se com adjetivos no masculino e/ou no feminino em estruturas predicativas, acionando uma interpretação de gênero.

Com a inserção da forma gramaticalizada *você* no sistema pronominal alguns traços foram perdidos e outros mantidos. *Vossa Mercê* era formalmente uma expressão no feminino,

pelo fato de *mercê* ser um substantivo [+fem] (*Estou à sua mercê*). Em termos semântico-discursivos, *Vossa Mercê*, como tratamento, já diverge do substantivo, pois o predicativo que acompanha *Vossa Mercê* permite resgatar o gênero do referente (*Vossa Mercê está animado/animada*). *Você* conserva tal interpretação subespecificada do gênero semântico, mas perde o traço formal da antiga expressão nominal e passa a se comportar como os outros pronomes pessoais legítimos que não têm gênero formal: *Tu estás cansada/ Você está cansada*.

As conclusões a que Lopes & Rumeu (2007) chegam são:

- a) Os pronomes pessoais legítimos que se referem às pessoas do discurso não apresentam gênero formal, embora apresentem gênero semântico.
- b) Os pronomes de terceira pessoa são os únicos que apresentam correlação entre o gênero formal e semântico.
- c) Os pronomes pessoais, no geral, apresentam correlação entre os traços formais e semânticos discursivos de número e pessoa.

A forma pronominalizada *você* não possui correlação entre traços formais e semânticos, porque herdou propriedades nominais e, em relação aos atributos de número e pessoa, têm caráter “camaleônico”. Quanto ao traço de número, *você* se assemelha aos pronomes de terceira pessoa, pois estes pronomes também podem ter seus valores detectados a partir da presença ou ausência formal de traço de número e, quanto ao traço de pessoa, *você* faz referência à segunda pessoa do discurso, embora estabeleça concordância com a terceira pessoa gramatical.

A questão da inserção de *você* no quadro dos pronomes pessoais pode parecer polêmica, mas na realidade é uma forma já estabelecida na oralidade e também na escrita e por isso, não deveria ser relegada ao *status* de pronome de tratamento. Se a forma *você* desempenha papel de segunda pessoa do discurso, isto é, faz referência ao interlocutor, exerce função de sujeito e possui larga utilização na língua substituindo os “verdadeiros” pronomes pessoais, então porque mantê-la como forma cristalizada de tratamento ao lado de expressões pouco utilizadas na língua como, *Vossa Alteza*, *Vossa Magnificência*? Faraco (1996) faz uma crítica aos gramáticos, pois, ao afirmar que os fatos socioculturais desencadeiam mudanças linguísticas e mostrar a história das formas de tratamento, ficam evidentes os equívocos destes estudiosos em relação aos fenômenos linguísticos, porque estes insistem em classificar fatos da evolução da língua como erros e fazem uso de construções do português arcaico, que em

nada condizem com a realidade, como padrão a ser seguido no ensino de língua portuguesa nas escolas.

Existem diversos estudos sociolinguísticos que comprovam o emprego da forma *você* na posição de sujeito no lugar de *tu*. Temos cartas oitocentistas e novecentista editadas por Rumeu (2008), peças teatrais do século XX analisadas por Machado (2006), cartas pessoais e familiares, entre outros, que comprovam a pronominalização da forma no falar e na escrita dos brasileiros. O que se encontra atualmente é um enriquecedor quadro de pronomes com novos paradigmas. É interessante pensar que este fenômeno ocorre especificamente no português do Brasil, pois, em outras línguas, como, por exemplo, o português de Portugal, o espanhol e o francês as formas de tratamento são bem marcadas e suas respectivas flexões também, não havendo essa mistura de paradigmas. Diante do exposto, a inserção da forma *você* no quadro dos pronomes pessoais não pode mais ser ignorada. A respeito disso, veremos na próxima seção os pronomes pessoais nos materiais didáticos utilizados nas escolas.

OS PRONOMES PESSOAIS NOS MATERIAIS DIDÁTICOS ESCOLARES

A presente seção analisa a forma como os pronomes pessoais são apresentados nos materiais didáticos escolares. Será tema de estudo o quadro dos pronomes pessoais e dos pronomes de tratamento, pois o objetivo desta seção é fazer uma análise crítica dos pronomes pessoais nos materiais didáticos comparando-os com análises advindas das gramáticas tradicionais e com as análises feitas por estudos linguísticos.

O material didático analisado foi *Gramática – Texto, Reflexão e Uso*, de Willian Roberto Cereja & Thereza Cochar Magalhães (2008). O objetivo geral dos autores é “ajudar o estudante a aprimorar sua capacidade de uso da língua portuguesa e, assim, tornar-se mais hábil em suas interações com o mundo, seja lendo, seja produzindo textos, orais ou escritos” (p. 3). Os objetivos específicos são:

motivar o aluno para o tema do capítulo; levar o aluno a apropriar-se do conceito de pronome; reconhecer e identificar adequadamente os pronomes pessoais e de tratamento, levando-se em conta os interlocutores e a situação; verificar por meio de questões propostas o papel do pronome na construção dos sentidos do texto e analisar do ponto de vista semântico e/ou discursivos certos aspectos que envolvem o pronome (Cereja & Magalhães, 2008; Manual do Professor, p.18).

O capítulo que compete aos pronomes inicia-se com uma história em quadrinhos, a qual serve de pretexto para se falar sobre o conceito de pronome. Em seguida, são aplicados exercícios que trabalham com o procedimento de dedução, pois se partem dos dados obtidos para se chegar às definições. Os quadrinhos contêm humor, mas são pouco adequados para alunos de Ensino Médio, pois estes têm competência para textos mais complexos.

A conceituação dos pronomes é feita da seguinte forma: “*pronome* é a palavra que designa pessoas ou coisas, indicando-as. Também pode remeter a palavras, orações e frases expressas anteriormente. Na frase, substitui ou acompanha o núcleo de uma expressão, geralmente constituído por um substantivo” (Cereja & Magalhães, 2008; p.157).

O conceito de pronome apresentado pelos autores está de acordo com o encontrado nas gramáticas tradicionais de Cunha & Cintra (2008) e Bechara (2004), contudo há uma nota de observação, feita para os professores quanto aos critérios utilizados na conceituação. O critério para conceituar o pronome é o semântico e o funcional e a justificativa apresentada para a omissão dos critérios para os alunos é de que estes são complexos para o ano (1º, 2º, 3º ano de Ensino Médio). O critério semântico é o mais utilizado na gramática tradicional, no entanto Mattoso Câmara Jr. (1970) comenta que este critério não deve ser analisado isoladamente, pois “o sentido não é qualquer coisa de independente, ou, mais particularmente, não é apenas um conceito; conjuga-se a uma forma. O termo ‘sentido’ só pode ser entendido com auxílio do conceito de ‘forma’” (p.126).

A omissão do critério morfológico constitui um equívoco, já que a forma do pronome é própria da categoria. Mattoso (1970) comenta que o pronome faz uma referência ao nome dentro de um contexto e, por isso expressa também as categorias de gênero e número, além de possuir formas diferentes para pessoas e funções sintáticas. Os critérios formais e funcionais também estão intimamente ligados, pois a forma depende da função que o vocábulo desempenha na frase e das relações de regência e concordância estabelecidas.

Em seguida, em conformidade com as gramáticas de Cunha & Cintra (2008) e Bechara (2004), classificam-se os pronomes em: pronomes substantivos e pronomes adjetivos. “Os *pronomes substantivos* são aqueles empregados no lugar de substantivos e os *pronomes adjetivos* são aqueles que acompanham o substantivo” (Cereja & Magalhães, 2008; p. 157).

Antes de passar para o próximo tema, os autores utilizam um segundo texto (*O pensamento vivo do Menino Maluquinho*, de Ziraldo), que serve de base para responder a exercícios propostos. Os exercícios consistem em encontrar o pronome que retoma o substantivo, buscar a forma vernácula que substitui o pronome *nós* e completar um poema

com os pronomes adequados. São atividades que trabalham com o conhecimento prévio do aluno e com seu contexto de uso da língua, pois há referência a uma forma largamente utilizada por falantes do português do Brasil.

Ao tratar dos pronomes pessoais, os autores remetem ao uso das três pessoas do discurso verbal na situação comunicativa. O locutor, que é a quem se fala, é a 1ª pessoa do discurso; o locutário, que é com quem o locutor fala, é a 2ª pessoa do discurso; o assunto, que é de quem ou de que o locutor fala, é a 3ª pessoa do discurso. As pessoas que participam das situações de comunicação são indicadas no emprego dos pronomes pessoais. Os pronomes pessoais, de acordo com o que encontramos no material didático, “são aqueles que substituem substantivos e indicam as três pessoas do discurso.”. (p. 158). Os autores fazem uso de um pequeno poema de Ilka Brunhilde Laurito para evidenciar a presença de pronomes (p.158):

Teus olhos são brincalhões	Eles se encaixam redondos
como bolinhas de gude	no aro das minhas órbitas.
rolando de luz em luz	E como eu vejo melhor
até o fundo mais fundo	quando acendo esse farol
da fundura dos meu olhos	Dos teu olhos nos meus
	olhos.

(*Brincando de amor*. São Paulo: Moderna, 2003, p. 17)

O tradicional quadro dos pronomes pessoais é apresentado acompanhado de um pequeno quadro (p. 159, adaptado) que traz as funções desempenhadas pelos pronomes pessoais.

	RETOS	OBLÍQUOS
1ª pessoa do singular	Eu	Me, mim, comigo
2ª pessoa do singular	Tu	Te, ti, contigo

3ª pessoa do singular	Ele (a)	O, a, lhe, se, si, consigo
1ª pessoa do plural	Nós	Nos, conosco
2ª pessoa do plural	Vós	Vos, convosco
3ª pessoa do plural	Eles (as)	Os, as, lhes, se, si, consigo

ATENÇÃO

Os pronomes pessoais retos são aqueles que desempenham a função de sujeito da oração; os oblíquos assumem outras funções, geralmente, de complementos verbais.

Conhecendo-se as três pessoas do discurso – eu (1ª singular), tu (2ª singular), ele (a) (3ª singular), nós (1ª pl.), vós (2ª pl.), eles (as) (3ª pl.) – então, que classificação recebe a forma *você*, a qual também faz referência ao interlocutor? Nas gramáticas tradicionais de Cunha & Cintra (2008) e Bechara (2004) e no material didático analisado, encontra-se *você* classificado como pronome de tratamento.

Cereja & Magalhães (2008) afirmam que o sucesso da comunicação que estabelecemos com outras pessoas depende do tratamento que dirigimos a ela. Acrescentam ainda que, conforme as características do interlocutor – idade, posição social, nível cultural, posição hierárquica – e o grau de amizade ou de intimidade que temos com ele, pode-se dar uma forma de tratamento mais ou menos cerimoniosa. Assim sendo, explicam que “Além dos pronomes pessoais **tu** e **vós**, existem na língua outras palavras chamadas **pronomes de tratamento**, por meio das quais podemos nos dirigir ao nosso interlocutor. São elas: **você**, **senhor**, **senhora**, **Vossa Senhoria**, **Vossa Excelência**, entre outras”. (p. 161). Lembram ainda que os pronomes de tratamento são, gramaticalmente, pronomes de terceira pessoa, apesar de serem empregados para designar a segunda pessoa.

Portanto, o tratamento dos pronomes no material didático está voltado para a prescrição, ou seja, tem como objetivo que seus leitores aprendam a falar ou escrever a variante padrão. Mas, encontram-se algumas observações que demonstram que os resultados dos estudos linguísticos já aparecem nos materiais didáticos escolares. Um exemplo disso é que os autores dedicam um espaço para falar da possível inserção de *você* no quadro pronominal. Depois de apresentar o quadro dos pronomes pessoais, os autores inserem um quadro denominado “Contraponto”, no qual demonstram que alguns especialistas defendem a inclusão das formas *você* (*s*) no quadro dos pronomes pessoais, porque estas formas são utilizadas no lugar de *tu* e *vós*. Os autores explicam que, no passado, o pronome pessoal *vós* era empregado com maior frequência do que hoje e que era utilizado em ocasiões de tratamento cerimonioso. Entretanto, hoje o seu uso se restringe a ocasiões muito formais,

como textos jurídicos, bíblicos e políticos. *Você* ou *vocês* ocupam o lugar do pronome *vos*. Por fim, os autores colocam a questão para o aluno: “*você e a gente* deveriam figurar entre os pronomes pessoais?” (p. 159).

Alguns quadros estão dispostos no material didático, os quais trazem observações sobre os pronomes. Contudo, os quadros estão espalhados no material sem, aparentemente, uma lógica ou conexão, o que pode dificultar o entendimento do aluno em relação ao conteúdo abordado.

Encontra-se no material um quadro que trata do uso de *tu* e *você* (p. 162).

TU OU VOCÊ?

Na variedade padrão da língua, os pronomes **tu** e **você** são igualmente bem-aceitos. Contudo, como esses pronomes são de pessoas gramaticais diferentes – **tu** é de 2ª pessoa e **você**, de 3ª pessoa –, alguns gramáticos recomendam que o falante escolha uma das formas e utilize-a com exclusividade. Ou seja, que evite a mistura da 2ª com a 3ª pessoa.

Na fala das pessoas, essa mistura ocorre naturalmente. Porém, em situações em que o uso da língua esteja sendo avaliado, convém observar a recomendação dos gramáticos (p. 162, adaptado).

O objetivo dos autores é falar do paralelismo, isto é, a mistura no uso das formas de segunda e terceira pessoa, que deve ser evitada na escrita, mas que na fala é um processo muito comum. Tal fenômeno ocorre, principalmente, com os pronomes possessivos que lhes corresponde: *teu* e *seu*, sendo que a o pronome possessivo que corresponde a terceira pessoa, muitas vezes gera ambiguidade por seu caráter indeterminado, sendo a dúvida retirada pelo contexto da frase. Outro quadro que aparece no material é sobre a origem de *você*, a qual se deu na forma *vossa mercê* (p. 163). Encontra-se também um quadro que responde a pergunta “Para que servem os pronomes?”:

enquanto os nomes têm relação direta com os seres do mundo exterior, os pronomes têm um papel decisivo no interior da própria língua. São eles que substituem, acompanham e retomam os nomes, expressam formas sociais de tratar o interlocutor e marcam posição em relação às pessoas do discurso. Os pronomes também são fundamentais para que um texto não seja um punhado de frases soltas, contribuindo para estabelecer coerência e coesão entre elas (p.164).

Por fim, os autores apresentam um pequeno quadro que traz o significado de *a gente* no Dicionário Houaiss da língua portuguesa:

“1. a pessoa que fala; eu; 2. a pessoa que fala em nome de si própria e de outro (s); nós”.

A abordagem dos textos literários é um ponto que deixa a desejar no livro de Cereja & Magalhães (2008), pois poucos gêneros são apresentados para o aluno e os textos possuem poucos recursos linguísticos, portanto, para o público-alvo, os quais são alunos do Ensino Médio, são textos pouco apropriados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção, faz-se reflexões sobre a interação entre as pesquisas linguísticas, estudos gramaticais, sob perspectiva prescritiva, e materiais didáticos.

A gramática tradicional nada mais que é a normatização, na escrita, de uma variedade linguística. Gnerre (1991), em seu texto sobre linguagem, poder e discriminação, enumera os passos do processo de legitimação de uma variedade linguística. Primeiro, faz-se associação de uma variedade linguística ao poder central de uma região de poder econômico, político e cultural. Depois, associa-se essa variedade à escrita – a gramática tradicional busca associar-se à tradição gramatical greco-latina. Por fim, ocorre a estandização nos dicionários. Com isso, a legitimação de uma variedade linguística se dá através da gramática tradicional e do dicionário.

Contudo, Naves *et al* (2011), lembram que o “desenvolvimento da pesquisa em Linguística propiciou o entendimento de que as línguas e variedades linguísticas são manifestações de um fenômeno inerente ao ser humano, não havendo razão para atribuir valores que privilegiem uma língua ou variedade linguística em detrimento de outra”.

Conclui-se, com a análise do material didático, que o ensino de Língua Portuguesa continua sendo o ensino de gramática tradicional, entretanto alguma possível mudança foi detectada. Em meio a conceitos repetidos de gramática em gramática encontramos, no material didático, observações sobre a inserção de *você* e de *a gente* no quadro dos pronomes

peçoais. Apesar do pequeno espaço dedicado ao tema, a menção ao fato é um sinal de que os estudos linguísticos estão ganhando repercussão no mundo fechado e moldado da gramática tradicional. No entanto, outros aspectos do pronome *você* não são mencionados, como o uso indefinido que a forma adquiriu.

O material didático, apesar de ter características prescritivas, deveria ter espaço para uma postura mais científica diante das questões gramaticais da língua e para reflexões sobre a língua. Por exemplo, seria salutar uma comparação entre as diferentes variedades do português em relação ao uso. Os exercícios apresentados, em alguns momentos, trabalham com o saber linguístico inato do aluno e com procedimentos de formulação de hipóteses e dedução de conclusões, localização e comparação de informações e também a produção de inferências.

Os estudos linguísticos mostram que o ensino de gramática não deve ser encarado do prisma de uma tradição rígida e fechada, pois se deve fazer uma reflexão sobre a língua e o seu uso. Compartilhamos a ideia de Sírio Possenti (1996) de que o papel da escola é ensinar língua padrão, no entanto o aluno deve saber que esta não é a única variedade linguística existente. Outras variedades podem ser aprendidas, pois, a língua padrão ensinada nas gramáticas deve ser usada na escrita, mas, não se pode esquecer as características da oralidade, que são fundamentais para compreender todo processo de funcionamento de uma língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. revista e ampliada. 14ª reimpr. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENVENISTE, E. “A natureza dos pronomes”. In: *Problemas de Linguística Geral I*. 4ª ed. – Campinas, SP: Pontes, 1995. Editora da Universidade Estadual de Capinas. Cap. 20. p. 277-283.

_____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

CÂMARA JR, J. M. *Dicionário de Lingüística e Gramática: referente á língua portuguesa*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CEREJA, W. R., MAGALHÃES, T. C. *Gramática – Texto, Reflexão e Uso*. – 3. ed. reform. – São Paulo: Atual, 2008.

COSERIU, E. *Teoría del Lenguaje y Lingüística General*. Madrid, Gredos, 1973.

_____. “Fundamentos e Tarefas da Sócio e Etnolinguística”. In: Atas do 1º Congresso de Sócio e Etnolinguística, João Pessoa, UFPaíba, 1990.

CUNHA, C., CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DUARTE, M. E. L. “Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil”. In: ROBERTS, Y., KATO, M. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas (SP): UNICAMP, 1993.

_____. *A perda do princípio ‘evite o pronome’ no português brasileiro*. UNICAMP. Tese. Doutorado em Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1995.

DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dicionário das ciências da linguagem*. 6. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

FARACO, C. A. *O tratamento você em português: uma abordagem histórica*. 13ª ed. Curitiba: UFPR, 1996.

GNERRE, M. *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GONÇALVES, C. R. *Uma abordagem sociolinguística do uso das formas você, ocê e ce no português*. Tese. Doutorado em Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

JAKOBSON, R. *Os articuladores, as categorias verbais e o verbo russo*. 1957. (Versão mimeografada).

LOPES, C. R. DOS S.. Pronomes pessoais. In: Silvia Figueiredo Brandão e Silvia Rodrigues Vieira. (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007, v. 1, p. 103-114.

LOPES, C. R. dos S. e CAVALCANTE, S. R. de O. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Linguística*, Vol. 25, junho de 2011: 30-65.

LOPES, C. R. dos S.; RUMEU, M. C. de B. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In.: CASTILHO, A. T. de; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M.L. (Orgs.) *Descrição, histórica e aquisição do português brasileiro – Estudos dedicados a Mary Kato*. São Paulo: Fapesp, Campinas, Pontes Editora, p. 419 – 435. 2007.

MACHADO, A. C. M. *A implementação de “Você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Curso de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro. 2006.

NAVES, R. R. *et al. Educação linguística e ensino de gramática na Educação Básica*. Texto inédito.

PEIRCE, C. S., *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

PIRES, V. L. & WERNER. A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste. In Revista Letras nº 33. Émile Benveniste. Interfaces & Enunciação, Santa Maria, UFSM, 2007.

POSSENTI, S. *Porque (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996. (*Coleção Leituras no Brasil*).

RAMOS, J. “O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro”. In: HORA, D. (org.) *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997.

_____. O surgimento de um novo clítico no português brasileiro: análise quantitativa e qualitativa da forma cê. In: GARTNER, E. *et al. Revista de estudos de Sociolinguística Brasileira e Portuguesa*. Frankfurt am Main: TFM, 2000.

RUMEU, M. C. de B. *A implementação do ‘Você’ no Português Brasileiro Oitocentista e Novecentista*. Tese (Doutorado) – UFRJ/FL Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Para uma história do Português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas*. 2004. 2 volumes. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

SANTOS LUZ, M. dos. “Fórmulas de tratamento do português arcaico: subsídios para o seu estudo”. In: *Revista portuguesa de Filologia* (Coimbra), 1956.